

# MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

*Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*

N<sup>os</sup> 50 e 51

Setembro/Octubre – 2004

## S U M Á R I O

- 2** *A perspectiva brasileira sobre as iniciativas multilaterais com vistas à responsabilidade social e ecológica*  
Amado Luiz Cervo
- 5** *A Questão de Taiwan – “Os Canhões de Agosto”*  
Paulo Antônio Pereira Pinto
- 7** *O perdão da dívida aos países africanos e a política externa brasileira*  
Elias Nazareno
- 10** *Para onde iriam os votos católicos na eleição presidencial norte-americana?*  
Virgílio Arraes
- 12** *Taiwan: um Futuro Formoso para a Ilha? A Cena de Partida para a Crise Atual*  
Paulo Antônio Pereira Pinto
- 15** *A anti-globalização tem idéias concretas sobre temas concretos?*  
Paulo Roberto de Almeida
- 18** *O Brasil e o fim das restrições quantitativas no comércio internacional de produtos têxteis e confecções*  
João Augusto Baptista
- 20** *Brasil e EUA no novo milênio*  
Marcos Felipe Pinheiro Lima

# *A perspectiva brasileira sobre as iniciativas multilaterais com vistas à responsabilidade social e ecológica*

Amado Luiz Cervo\*

A diplomacia brasileira cultivou uma tradição de forte envolvimento com o multilateralismo. No imediato pós-guerra, entre 1945 e 1949, sua contribuição foi importante para construção do sistema multilateral, na área econômica, o sistema Bretton Woods, na área política, o sistema das Nações Unidas, e na área militar, o sistema de alianças ocidentais, que teve início com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Nas décadas de 1960 a 1980 esforçou-se por reformar esses sistemas mediante a Nova Ordem Econômica Internacional, que se discutia, na ONU, especialmente na UNCTAD. De 1990 ao presente, abandonou a idéia de reformar a ordem internacional e optou por atuar dentro dela, consoante suas regras e possibilidades.

A década de 1960 introduziu o tema do desenvolvimento na agenda internacional, a década de 1990, a chamada Década das Conferências (ver José Augusto Lindgren Alves, **Relações Internacionais e temas sociais: a década das Conferências**, Brasília: IBRI, 2001), introduziu os temas sociais. Ambos foram reivindicações históricas dos governos brasileiros.

O multilateralismo dos temas sociais não se esgota, contudo, nas Conferências promovidas pelas Nações Unidas. Em sua dimensão global, há órgãos que fixam as regras do jogo, como a Organização Mundial de Comércio. O fórum social de Porto Alegre e mesmo o de Davos serviu de palco à campanha global de combate à fome e à pobreza de Luiz Inácio Lula da Silva

As expectativas brasileiras acerca da capacidade do multilateralismo em contribuir para melhoria das condições sociais evoluíram, de 1990 a nossos dias, do entusiasmo à decepção, chegando ao realismo do

momento presente. Examinemos dois momentos e duas tendências: a era Cardoso com seu idealismo, o governo Lula e o realismo.

## 1. Do idealismo à decepção: 1990 a 2002

As relações internacionais do Brasil foram dominadas durante a década de 1990 pelo pensamento e pela ação de Fernando Henrique Cardoso. Esse presidente passou à sua diplomacia a convicção de que o mundo entrava em uma era de renascimento e bem-estar para todos os povos. Tal condição seria alcançada, sobretudo, pela ação dos órgãos e Conferências multilaterais. A diplomacia brasileira colocou o melhor de suas forças na construção de uma ordem internacional ideal.

Uma visão kantiana, de um mundo ideal, feito de paz, harmonia e cooperação, presidiu a atuação das delegações brasileiras junto aos órgãos multilaterais. O objetivo síntese era o de produzir “regras justas, transparentes e respeitadas por todos”, expressão comum da linguagem diplomática.

Cardoso esperava que a ordem mundial perfeita da época da globalização resultasse das iniciativas multilaterais. O comércio seria regulado pela OMC, de modo a manter o bem-estar dos ricos e prover emprego, renda e desenvolvimento para os pobres. Os fluxos de capital seriam regulados pelo FMI, Banco Mundial ou G-7, de modo a evitar a ação predatória e contribuir para o crescimento econômico. A questão ambiental seria equacionada pelas Conferências sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992; Joanesburgo, 2002), suas convenções e protocolos adicionais. O mundo estaria ao abrigo do Conselho de Segurança, que estabeleceria regras claras

\* Professor titular de História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília e Professor do Instituto Rio Branco.

de segurança internacional. Os direitos humanos haveriam de triunfar na conduta internacional e interna dos governos, segundo as regras da Conferência de Viena de 1993. Da mesma forma, os direitos das crianças (Cúpula Mundial de Nova York de 1990), e todas as demais matérias sociais tratadas na série de conferências que se seguiram: sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), sobre Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995), sobre a mulher (Pequim, 1995), sobre assentamentos humanos (Istambul, 1996), sobre o racismo (Durban, 2001), sobre o Financiamento do Desenvolvimento (Monterrey, 2002)..

Cardoso tomava isso tudo como se fosse uma governança global, uma derivação da democracia nacional para a democracia universal. A fé na capacidade dessas regras multilaterais em lançar os fundamentos de uma ordem internacional benéfica para todos os povos contagiou a diplomacia brasileira da era Cardoso.

Essa diplomacia não demorou muito, contudo, para constatar que os resultados concretos eram minguados. E mais: que muitos governos neutralizavam os efeitos dessas regras por medidas internas ou simples desrespeito, quando os interesses nacionais ou de blocos o requeriam.

A governança global não produzia efeitos benéficos na área da inclusão social. Os indicadores sociais da América Latina apontavam, no ano 2002, para a decadência das economias e a degradação das condições de vida.

A diplomacia de Cardoso introduziu o conceito de *globalização assimétrica* para significar que as “regras justas, transparentes e respeitadas por todos” não mereciam tais atributos, não existiam ou não vieram para valer. Uma série de entraves corrompia os efeitos sociais e ambientais do multilateralismo. Entre eles, ações positivas empreendidas pelos países ricos em nome da cláusula social, liberdade exigida para fluxo de capitais especulativos, requisição de garantias e liberdade de movimento para capitais e empresas e para compras governamentais, sem contrapartidas, obstáculos à entrada de produtos

agrícolas e industriais providos dos países em desenvolvimento. Globalização assimétrica, na avaliação de Cardoso, significava: nós da periferia cumprimos as regras, porém os benefícios ficaram do outro lado, onde o bem-estar, o emprego e o salário se mantêm, e com eles a desigualdade entre as nações.

## 2. Volta ao realismo

A vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva levou à presidência do Brasil em 2002, pela primeira vez em sua História, um governo de esquerda. Lula conquistou a opinião pública e derrotou o candidato de Cardoso com dois argumentos: remediar o déficit interno, ou seja, trazer para a sociedade do bem-estar mais de trinta milhões de excluídos, e fazer face ao déficit externo, ou seja, atenuar a dependência estrutural e financeira. Os dois fenômenos, relações internacionais e condição social interna, são interdependentes, no entender do Partido dos Trabalhadores.

A política exterior de Lula, bilateral, regional e multilateral, abandonou as ilusões da fase anterior, sem abandonar o objetivo de contribuir para estabelecer uma ordem feita de regras justas, transparentes e benéficas para todos os povos. Homens de idéias claras e vontade própria tomaram em mãos o setor externo: Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães, Marco Aurélio Garcia. O mundo ideal de Lula e seu governo não é mais aquele da governança global, mas o mundo multipolar, com diversos centros de poder. A distribuição do poder é concebida como condição para distribuição de benefícios pelos mecanismos das relações internacionais. O multilateralismo produziu a globalização assimétrica, cabe aos países emergentes introduzir remédios de equilíbrio para fazer face a seus males.

O multilateralismo kantiano e a aliança estratégica com o Ocidente cederam espaço ao univesalismo de resultados. Lula buscou a reciprocidade real nas relações com o Primeiro Mundo,

daí o endurecimento das negociações no seio da OMC, na Área de Livre Comércio das Américas, nas negociações entre o Mercosul e a União Européia. A diplomacia de Lula articulou-se fortemente com os interesses dos países em desenvolvimento. Esteve na origem do G-20, grupo que enfrenta as estruturas hegemônicas do capitalismo no seio da OMC, do G-3 (Índia, África do Sul e Brasil), e encaminhou a fusão Mercosul-Comunidade Andina.

O objetivo síntese da ação externa de Lula consiste em atenuar as dependências econômicas e alcançar a real interdependência. Para tanto, convém reforçar o núcleo central robusto da economia nacional, reduzir o endividamento externo e a transferência de renda, alcançar superávits de comércio exterior para resolver problemas de balanço de pagamentos e dar impulso à internacionalização da economia. Em todas essas frentes de ação, resultados concretos vêm sendo alcançados.

Os temas sociais refugiam-se nas possibilidades de crescimento econômico e em programas positivos de combate à fome e à exclusão. Esse modo de ver o país coincide com a visão de mundo. Se o multilateralismo não contribui para o bem-estar de

todos os povos e a superação das desigualdades, há de se ter cuidado e buscar iniciativas internas, ações bilaterais e regionais.

O comércio exterior destina-se a prover emprego, renda e bem-estar às nações ricas e pobres ou as negociações emperram na OMC, na ALCA e na Área de Livre Comércio Europa-Mercosul. O terrorismo deve ser enfrentado pelo combate contra a miséria e a fome, não pela guerra que grandes potências movem contra nações muçulmanas. A aliança com a Argentina, a África do Sul, a Índia e a China tem por objetivo produzir resultados econômicos concretos e robustecer a capacidade de negociação do Brasil sobre o cenário internacional. Essa negociação tem por fim a promoção do crescimento econômico, do qual se espera solução para os desafios da inclusão social, que nunca ocupou lugar de honra na grande política internacional e, diga-se também, na grande política nacional brasileira..

O jogo das relações internacionais – aprendeu Lula com sua experiência de líder sindical – equivale ao jogo das relações operário-patrão. Cada centímetro de bem-estar conquistado resulta de negociação firme, dura e conduzida com esperteza e inteligência.



## ***Como publicar Artigos em Meridiano 47***

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para [editoria@relnet.com.br](mailto:editoria@relnet.com.br), indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

# A Questão de Taiwan – “Os Canhões de Agosto”

Paulo Antônio Pereira Pinto\*

China, Taiwan e Estados Unidos concentraram, em agosto passado, efetivos extraordinários de tropas e equipamento bélico avançado, com vistas a exercícios militares simultâneos e sem precedentes, nas proximidades das costas chinesas e taiwanesas.

Sem dúvida, sob a inspiração do acontecido há 90 anos, quando quadro de tensão então existente permitiu que acidente menor provocasse conflito de dimensões de uma primeira guerra mundial, observadores em Taipé receberam que réplica atual daquele cenário, através do estreito de Taiwan, pudesse vir a repetir a situação descrita por Barbara Tuchman, em sua obra “The Guns of August”, que trata, como se sabe, de condições existentes na Europa, em agosto de 1914.

Nessa perspectiva, a China realizou manobras terrestres, marítimas e aéreas na ilha de Dongshan, no estreito de Taiwan. Reprizados a partir de 1996, tais exercícios, denominados “Libertação Nr. 2”, vinham sendo praticados, até 2003, com o objetivo anunciado de “prevenir contra atividades independentista taiwanesas”. Este ano, no entanto, o propósito explícito foi o de “conquistar supremacia aérea”, segundo noticiado pelo “Diário do Povo”, de Pequim.

Segundo o mesmo jornal – porta-voz do Governo chinês – tratou-se, desta feita, “não mais de exercício militar preventivo, nos moldes anteriores, mas, sim, de exercício militar ofensivo destinado a colocar pressão sobre Taiwan”. Assim, sempre de acordo com o cotidiano, “o Exército de Libertação Popular tomaria imediatamente as Ilhas de Penghu, se e quando Taiwan proclamasse independência, e atacaria porta-aviões, mísseis, aviões militares e helicópteros inimigos uma vez iniciada a guerra e

países estrangeiros intervissem militarmente no conflito”. Ficou aí claro recado a Washington, caso, em obediência ao “Taiwan Relations Act”, os EUA viessem em socorro dos taiwaneses.

De sua parte, Taiwan não poderia permanecer indiferente a esse tipo de iniciativa da RPC. O espírito combativo ainda existente na ilha é anualmente reiterado em manobras de preparação à guerra, denominadas “Hanguang”. Curiosamente, a tradução indica que se trata de celebração da “glória chinesa”. Isto, no momento em que autoridades locais buscam, justamente, diferenciar a história e identidade cultural da ilha do continente chinês.

Verifica-se, ademais, que, pela primeira vez, este ano, tal mobilização formosina iniciou-se, em agosto, com simulações eletrônicas de um esforço contra ataques de mísseis da RPC, com o auxílio – a Taiwan – da “U.S. Navy”. Retomaram-se, também, sem que isso ocorresse desde 1978, exercícios de pouso e decolagem de aviões militares em rodovias, simulando situação em que aeroportos e bases aéreas tivessem sido destruídos pelo inimigo. Foram realizados, também, exercícios contra ataques aéreos, anfíbeos e de submarinos.

Coincidindo com as demonstrações de antagonismo, entre ambas as margens do estreito, foi realizada, também em agosto, a “U.S. Operation Summer Pulse 04”. Pela primeira vez, teria havido concentração de sete “carrier strike groups” norte-americanos nas proximidades das costas chinesas e formosinas.

Ostensivamente, o treinamento naval dos EUA visaria a testar um novo “Fleet Response Plan”, buscando reunir força militar suficiente, em qualquer

\* Diplomata de carreira e já serviu por mais de dezesseis anos na região da Ásia-Pacífico, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura e Manila, em missões permanentes, e Xangai e Jacarta, provisoriamente. Em setembro de 1994 foi o coordenador da primeira missão acadêmica brasileira que visitou Cingapura, Pequim e Hong Kong. Atualmente é o Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, Taiwan. As opiniões expressas neste artigo não expressam os pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

lugar do mundo, no período de 30 dias. Para os mais otimistas entre as autoridades de Taipé, no entanto, tratar-se-ia, na prática, de demonstrar a determinação de Washington, em defesa da “democracia taiwanesa”.

A Pequim – a julgar pelos pronunciamentos de seus dirigentes divulgados aqui – tudo parece ter sido entendido como uma grande cumplicidade entre os Estados Unidos e Taiwan, no sentido de fortalecer o movimento independentista da ilha.

Neste quadro de grande concentração de militares, com armas das mais avançadas, e de dirigentes com percepções distintas dos fatos então em curso, havia os que nos preocupamos com a

possibilidade da repetição de incidentes como o ocorrido em Hainan – China – há três anos, quando um avião de patrulha dos EUA colidiu com um caça da RPC, resultando na morte do piloto chinês e aterrissagem forçada da aeronave norte-americana naquela ilha chinesa.

Teria havido, então, potencial para a reprise, em agosto de 2004, de um novo cenário do tipo descrito pela Sra. Tuchman, em “The Guns of August”, quando um mero incidente – como o ocorrido nos céus de Hainan, em 2001 – poderia ter provocado séria repercussão através do estreito, ao redor do qual havia fortes contingentes armados da China, Taiwan e Estados Unidos.



## O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

## *O perdão da dívida aos países africanos e a política externa brasileira*

Elias Nazareno\*

As recentes declarações e atitudes do governo Lula com relação à África tem despertado sentimentos contraditórios, de um lado de altivez e desprendimento e de outro inconformismo e porque não dizer cólera diante do perdão das dívidas que determinados países africanos tem com o Brasil. Tais sentimentos são em parte compreensíveis se pensarmos que, em muitos casos, a falta de informação e de entendimento sobre o alcance e os limites em termos de política externa acabam por reforçar posições contrárias ou favoráveis que não percebem o alcance estratégico da atual política externa brasileira. Neste sentido, tentarei elucidar alguns pontos neste artigo que, espero, possa contribuir para uma melhor compreensão dos fatos ocorridos.

A política externa brasileira no atual governo tem sido marcada por toda uma série de posicionamentos que se distanciam bastante daquelas adotadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Alguns especialistas na área das relações internacionais são unânimes em afirmar que, em termos comparativos, a política externa do governo Lula se difere muito da de seu antecessor. Para Amado Cervo; “Na esfera internacional, o governo Lula se propõe substituir a diplomacia presidencial, feita de prestígio pessoal a projetar, pela diplomacia da nação, feita de interesses a promover. Esse novo universalismo comporta iniciativas concretas, tais como a reivindicação de um assento permanente no Conselho de Segurança e a recuperação de espaços sacrificados, como a África e o mundo mulçumano” (Cervo, 2003). Para Paulo Roberto Almeida, “Sem dúvida alguma, do ponto de vista da forma, a diplomacia do governo Lula ostenta

um ativismo exemplar, representado por um intenso programa de diplomacia presidencial, complementado por um ainda mais ativo circuito de contatos, encontros, viagens de trabalho e conversações a cargo do chanceler e, de maneira algo inédita para os padrões do Itamaraty, do próprio Secretário-Geral das Relações Exteriores, funcionário normalmente (e tradicionalmente) dedicado às lides administrativas e aos assuntos de “economia doméstica” da Casa. Tanto o ministro Celso Amorim, como seu principal auxiliar, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, têm conduzido uma das fases mais dinâmicas da diplomacia brasileira em qualquer época histórica” (Almeida, 2004).

Enquanto o governo de FHC elegia uma via universalista (kantiana) de inserção do Brasil no cenário internacional sem causar grandes fricções, adaptando-se à nova ordem econômica mundial imposta pelo neoliberalismo nos anos 1990, o governo Lula busca um caminho de afirmação do Brasil como sendo capaz de ocupar as assim chamadas “brechas estruturais” como afirma Flávio Sombra Saraiva, também do IREL-UnB, ocupando um espaço de liderança compartilhada com outros países que, são tão ou mais importantes que o Brasil internacionalmente, tais como a China, Índia e a África do Sul, em uma nova tentativa de relação Sul-Sul. As iniciativas concretas do atual governo de viabilizar a integração física da América do Sul, financiando via BNDES a construção de estradas, ferrovias e hidroelétricas em alguns países da região são um exemplo disto. A insistência da diplomacia brasileira na criação de um grupo de países (G-20) capaz de fazer frente aos interesses dos países desenvolvidos na Organização Mundial do Comércio

\* Doutor em Sociologia pela Universidade de Barcelona, Espanha, Pesquisador Associado Adjunto do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB.

– OMC em suas últimas reuniões também reflete um determinado nível de busca de autonomia. Os últimos resultados favoráveis ao Brasil no que diz respeito aos subsídios dados ao algodão (Estados Unidos) e ao açúcar (União Européia) revelam que as gestões do governo brasileiro em estabelecer um novo parâmetro para as relações comerciais em nível internacional têm dado resultado.

Percebe-se claramente que, finalmente, o Brasil busca não apenas manter sua histórica postura com um comércio relativamente equilibrado com o resto do mundo (global trader), mas ademais disto busca fortalecer e aprofundar a condição de peça chave no contexto internacional (global player), envolvendo-se cada vez mais em questões internacionais tentando chamar para si a responsabilidade em temas de ordem global. Nossa postura mais assertiva no tema da integração sul-americana buscando, a reiterada intenção de conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e o envio de tropas para o Haiti são provas mais do que evidentes de que estrategicamente o país está tentando incrementar sua influencia na ordem política internacional como afirma o artigo de 11/06/2004 do "The Economist": Brasil é um gigante que começa a se mexer.

Ao longo de sua história nosso país quase sempre procurou manter-se equidistante de questões que poderiam representar um nível maior de seu envolvimento em questões internacionais. A própria recusa em assumir um papel mais central na condução dos assuntos relacionados ao Mercosul são prova disto. Claro que, como em qualquer ação política, uma postura cada vez mais atuante do país no cenário internacional implica, além de custos efetivos, um aumento também nos riscos que tal envolvimento pressupõe. Por isto, os países que tem peso de fato no âmbito da política internacional são alvos diletos não só do terrorismo, como também da fúria dos movimentos anti ou alter-globalização.

Todo este emaranhado de movimentação estratégica do Brasil em nível global obviamente está pautado em perspectivas que apontam para um

fortalecimento cada vez maior do país em termo mundiais. Segundo um informe recente do Banco de Investimentos Goldman Sachs: *Dreaming with Brics: The Path to 2050*, em 2050 se as previsões se cumprirem, a China será a primeira economia mundial com um PIB de 44,45 trilhões de dólares, seguida pelos EUA (35,16), Índia (27,80), Japão (6,07), Brasil (6,67), Rússia (5,87), Reino Unido (3,78), Alemanha (3,60) e a França (3,15).

Neste contexto, a associação entre Brasil, Rússia, Índia e China (cujas iniciais formam o acrônimo "BRICs") possui uma lógica contundente. De acordo com este mesmo informe, se até 2050 o Brasil crescer com uma taxa média de 3,5%, superará a Itália em 2025, a França em 2031 e a Alemanha e ao Reino Unido em 2036. Não é por acaso que o presidente Lula se refere a uma "afinidade de pensamento" entre os países que fazem parte do "BRICs", reiterando a necessidade de criar "uma nova geografia do comércio mundial".

Assim, voltando ao tema do perdão da dívida de alguns países africanos o leitor poderá indagar: e o que a África tem com tudo isto? Eu diria que muito. Deste modo, tentarei explicar o fato desde três perspectivas, sendo que as duas primeiras são de caráter ético e moral e a terceira de caráter econômico e político. Primeiro vale ressaltar que o perdão de tais dívidas reflete uma postura que nada tem de novo, quando analisamos o posicionamento histórico dos membros do atual governo quando pensamos em questões relacionadas a dívida externa. Segundo, grande parte da história da formação da nação brasileira começa na África e obviamente não podemos afirmar que tal processo ocorreu com o consentimento de grande parte dos africanos que para aqui vieram. Por último, e provavelmente o aspecto de menor importância, está a questão estratégica, tanto em termos econômicos, como em termo políticos de busca do apoio dos países africanos às reivindicações brasileiras no cenário internacional. Não podemos nos esquecer que o veredicto final da OMC na questão do algodão, favorável ao Brasil, favoreceu também muitos países africanos. O apoio do Brasil aos países africanos não apenas reforça nossa presença

na região como também coincide com as reivindicações junto ao Fundo Monetário Internacional – FMI para que reconsidere sua inflexível postura quanto ao tratamento dado às questões relacionadas aos investimentos em infra-estrutura que estão submetidos à dura realidade do cumprimento do superávit primário.

Por último, cabe lembrar que estamos tratando de temas relacionados à política externa e que as

variáveis podem ser infinitas. Portanto, o êxito ou não das táticas e estratégias colocadas em ação depende da capacidade de cada ator (país) em articular-se e buscar o melhor resultado. Claro que com o aumento do fenômeno da “interdependência” global (Nye e Keohane), todos nós sabemos, até mesmo a administração do governo Bush, que no sistema internacional todo jogo deve contar com no mínimo dois participantes.



## Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet* – Rede Brasileira de Relações Internacionais ([www.relnet.com.br](http://www.relnet.com.br)), iniciativa da qual o IBRI foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2004 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

## ***Para onde iriam os votos católicos na eleição presidencial norte-americana?***

**Virgílio Arraes\***

O próximo presidente dos Estados Unidos deverá vencer o pleito de novembro por uma margem pequena de votos, de forma que uma das maiores tarefas dos dois grandes partidos será estimular a sociedade a comparecer à votação. Para tanto, dada a composição bipolar do sistema partidário, os candidatos procurarão diferenciar-se bastante, a fim de despertar o interesse, por exemplo, dos eleitores indiferentes, que não acreditam em mudanças substanciais por meio do atual processo eleitoral de seu país.

Quais seriam as diferenças básicas entre a candidatura republicana e a democrata? Normalmente, a questão religiosa não é fundamental na principal disputa política do país, porém, desta feita, é a segunda vez na história dos EUA em que um candidato católico tem chances reais de vitória. John Forbes Kerry possui predicados similares aos do único presidente católico do país, a começar pelas iniciais do nome (JFK), do sobrenome irlandês, da condecoração por heroísmo em guerra, da riqueza e da carreira política por Massachusetts.

A princípio, na política internacional, ambos os partidos visam aos mesmos objetivos: garantia da supremacia do país no Oriente Médio, consolidação da Organização Mundial do Comércio, repulsa ao governo de Castro em Cuba, apoio ao Plano Colômbia, dilatação da Organização do Tratado do Atlântico Norte, estabelecimento de uma área de livre comércio em todo o continente americano, entre outros. O que difere um do outro é a forma de consecução dos interesses nacionais. Tradicionalmente, o Partido Democrático procura convergir interesses do seu país com os do 1º mundo, a partir do G-8 até pelo menos no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Na presente eleição, o ônus naturalmente recairá sobre os ombros republicanos, em face do fracasso crescente das ocupações no Afeganistão e Iraque e da diluição do espectro terrorista de fundo religioso, que continuamente assombra o Ocidente. Internamente, as diferenças são mais visíveis especialmente na conduta moral e na conseqüente postura legisladora: democratas são identificados, *grosso modo*, a comportamentos menos conservadores em questões relacionadas à família, casamento e concepção da vida.

Deste modo, a religião pode influenciar a votação: em função do seu conservadorismo, George Bush aparentemente atrai mais a simpatia da alta hierarquia católica, inclusive da Santa Sé, ainda aturdida e desgastada em decorrência dos inúmeros escândalos de má conduta sacerdotal em solo americano. O assunto gerou até um polêmico documentário – *Celibacy*, de Anthony Thomas – veiculado na TV a cabo. Recentemente, a Conferência dos Bispos dos Estados Unidos – amparada no Código de Direito Canônico – tem sido mais explícita na reprovação de católicos que advoguem posições públicas favoráveis ao aborto e união de pessoas do mesmo sexo, por exemplo, chegando alguns bispos a postular a proibição deles à comunhão.

O republicano ainda alonga-se politicamente ao simpatizar com movimentos em que protestantes e católicos – como o editor da revista *First Things* – se unem para a defesa dos princípios acima mencionados. Isto não é muito comum na tradição político-religiosa do país. Para o Vaticano, tal movimentação é interessante porque reduziria a rejeição do Papa nos Estados Unidos. Por seu turno, Kerry obriga-se a adotar, atualmente, uma postura dúbia em relação ao tema do aborto, ao afirmar ser contra pessoalmente – “A vida começaria na

\* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

concepção” –, mas favorável ao direito de escolha. Em face da separação do Estado e Igreja, ele alega não poder colocar seus pontos de vista como balizadores da ação do poder público.

Durante a Convenção Nacional Democrata que referendou seu nome, causou estranheza o fato de o Arcebispo de Boston, local onde se realizou o evento, não ter sido convidado, visto que, tradicionalmente, há a presença de um cardeal para a prédica aos convencionais católicos, apesar de, às vezes, haver a recusa do lado da Igreja, como em 1984,92 e 96. Ainda assim, Kerry acompanhou-se de um padre – membro do Centro Paulino, que é muito popular entre católicos progressistas – a cuja missa rotineiramente comparece. É possível que ele tenha optado pela cautela, porque, no Encontro de 2000, o Cardeal Roger Mahony fez invocação em defesa da vida, especialmente dos fetos. Com isto, alguns ativistas pró-aborto criticaram a atitude. Neste ano, a plataforma democrata reitera que o aborto deve ser seguro, legal e infreqüente.

A única concordância entre Bush e Kerry refere-se à pena de morte, visto que ambos a apóiam – atualmente, 38 estados utilizam-na com 3 mil e 400 pessoas no corredor da morte. Ainda que a tradição católica admita, em certas circunstâncias, sua legitimidade, João Paulo II enfatiza que atualmente tais justificativas não deveriam mais exercer-se.

No final de junho, pesquisa da ONG *Catholics for a Free Choice*, sem vinculação formal com a Igreja, divulgou que os 54% dos católicos acreditam que Bush teria condições de solucionar o conflito no Golfo. Destes, 96% votariam nele, enquanto Kerry teria 88% dos que não acreditam na capacidade de Bush para encaminhar satisfatoriamente a guerra. A margem de erro seria de 2.1%. Deste modo, os rumos da política externa poderiam influenciar decisivamente o retorno de um candidato democrata à Casa Branca, diferentemente da última vez – no pleito de 1992 – em que a ênfase era dada a temas internos como seguridade social e crescimento da economia.



***Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e adquira os livros publicados pelo IBRI***

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br> .

## *Taiwan: um Futuro Formoso para a Ilha? A Cena de Partida para a Crise Atual*

Paulo Antônio Pereira Pinto\*

Sérias dúvidas prevalecem, desde o início de 2004, com respeito a um futuro formoso para os 23 milhões de taiwaneses. As eleições, em 20 de março deste ano, evidenciaram que existem, na ilha de Formosa, duas Taiwans, divididas em torno de questões como soberania, identidade cultural e “status quo”.

Problemas de segurança e políticos foram analisados em colunas anteriores, enquanto, no texto de setembro passado, falou-se sobre a influência de poderosas forças externas para o clima de incerteza que se vive.

Pretende-se, agora, identificar o momento em que foram criadas as condições para que a crise atual começasse a afligir a possibilidade de um futuro formoso para a ilha.

A técnica de formulação de cenários, sabe-se, determina o estabelecimento de uma **cena de partida**, entendida como a descrição do estado inicial do objeto que está sendo cenarizado, de modo tal que já incorpora as hipóteses e condições a partir das quais se dará o desdobramento esboçado na filosofia do cenário.

Nessa perspectiva, entre diferentes momentos históricos recentes, que determinaram “cortes” na evolução da questão através do estreito de Taiwan, escolheu-se como nova cena de partida, para avaliar a possibilidade de futuro favorável à ilha, a declaração do “ex-Presidente” Lee Teng-hui, em julho de 1999, no sentido de que, a partir de então, as relações através do estreito deveriam ser definidas como de “Estado a Estado”.

Assim, para a surpresa de observadores em Taipé, Lee Teng-hui, em 09.07.99, durante entrevista à rádio

alemã Deutche Welle, pela primeira vez definiu, abertamente, as relações entre a China e Taiwan como “entre dois Estados, pelo menos uma relação especial entre dois Estados”. Agregou que Taiwan não necessitava declarar independência, pois a “República da China” já era “um país independente” desde sua fundação, em 1912.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros de Taiwan e autoridades locais confirmaram, imediatamente, esta nova política taiwanesa para as relações com a RPC. Doravante, não haveria mais referências a “um país”. O diálogo entre Pequim e Taipé, portanto, deveria ser, a partir de então, conduzido entre entidades políticas soberanas e, não, entre um Governo legítimo e uma província rebelde, conforme continuava a insistir a China.

Segundo era possível antecipar, os chineses reagiram de forma categórica. Ao exigir o retorno à política de “uma China”, Pequim declarava que Lee tinha dado “um passo extremamente perigoso” em direção à divisão da China e o avisou de que “estava brincando com fogo”. Os chineses reiteraram, também, que não haviam renunciado ao emprego da força militar, caso a ilha seguisse o caminho independentista. Segundo o jornal “South China Morning Post”, de Hong Kong”, em 14 de julho daquele ano, citando autoridades chinesas, “Lee tinha levado a população de Taiwan e seus patrocinadores estrangeiros em direção da própria destruição com sua aventura separatista e suicida”.

Houve amplas especulações sobre a possibilidade de uma pronta reação armada. Exercícios militares chineses – aparentemente já programados – foram

Diplomata de carreira e já serviu por mais de dezesseis anos na região da Ásia-Pacífico, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura e Manila, em missões permanentes, e Xangai e Jacarta, provisoriamente. Em setembro de 1994 foi o coordenador da primeira missão acadêmica brasileira que visitou Cingapura, Pequim e Hong Kong. Atualmente é o Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, Taiwan. As opiniões expressas neste artigo não expressam os pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

noticiados como preparativos para uma invasão. Editoriais de jornais na RPC criticavam a teoria dos “dois Estados”. Afirmava-se que a China não hesitaria em atacar, mesmo diante da resistência dos EUA.

Digna de registro, também, foi a reação norte-americana que, através do porta-voz do Departamento de Estado, apenas reiterou a conhecida posição de Washington, com respeito aos “três não” – à independência de Taiwan; a “duas Chinas”; e à participação formosina de organizações internacionais reservadas a Estados. Nessa perspectiva, os EUA e a RPC pareciam, naquele momento, ter posições idênticas quanto à provocação de Lee.

Da mesma forma, o Japão comprometeu-se a manter a mesma política de adesão ao princípio de “uma China”. Outros países asiáticos manifestaram-se contrários à iniciativa de Lee, de proclamar a existência de “duas Chinas”.

Em certa medida, a nova moldura apresentada pelo líder formosino traduzia, apenas, as ações desencadeadas pela diplomacia da ilha, desde 1993, quando foram iniciados os esforços no sentido do ingresso na ONU. Isto é, a Carta da organização exige a condição de Estado a seus participantes. Os taiwaneses, portanto, ao pleitearem seu acesso, vinham defendendo a tese de que preenchiam as exigências requeridas, pois ocupavam um território claramente definido, com uma população identificada de 23 milhões de pessoas, com um governo capaz de executar políticas domésticas e assumir e cumprir compromissos internacionais. Dessa forma - segundo Taipé - haveria apenas argumentos políticos e, não “legais”, para que os chineses se opusessem à admissão de Taiwan na Organização das Nações Unidas.

A respeito, os defensores da iniciativa de Lee lembraram que houvera maior flexibilidade enquanto, por exemplo, as duas Alemanhas ou os dois Yemens foram membros da ONU. Duas Coreias continuam a integrá-la.

Opositores da idéia persistem na interpretação de que, nos casos alemão e coreano, as diferenças,

em termos de população e território, são muito menores do que entre as “entidades políticas”, em cada margem do estreito de Taiwan. Além disso, apesar de não se reconhecerem mutuamente, Seul e Pyongyang não se opõem que outros países – inclusive a China - reconheçam dois Estados soberanos, um ao Norte e outro ao Sul.

Nessa perspectiva, em 9 de julho de 1999, o líder formosino, durante entrevista ao Deutsche Welle, em resposta a questão sobre o fato de que “Pequim considera Taiwan como uma província rebelde”, afirmou que “as relações através do estreito são especiais, entre Estados”.

O fato, conforme ressaltado acima, representou, sem dúvida, nova cena de partida para a evolução de cenários futuros da questão taiwanesa. Mesmo que Lee tenha, poucos dias depois, recuado da convicção com que formulara a afirmação citada no parágrafo anterior – alegando ter sido “mal interpretado” pela imprensa – as relações entre o continente e a ilha encontravam-se, doravante, em patamar distinto. No dia 26 daquele mês e ano, o então “Presidente” de Taiwan alegava que, em sua entrevista, havia colocado ênfase no fato da especificidade das relações através do estreito, que seriam “entre Estados”. Não havia, no entanto, formulado teoria alguma de “dois Estados”.

As observações de Lee, quanto à existência de um “relacionamento especial” entre a ilha e o continente, passaram a ser justificadas com base na necessidade de “estabelecer a fundação de uma paridade entre os dois lados do estreito, com vistas a elevar o nível do diálogo e ajudar a construção de um mecanismo de cooperação conduzente à democracia e à paz”. Dessa forma, várias autoridades locais haviam reiterado que “não existe alteração na política de governo quanto à promoção do diálogo através do estreito, na implementação de acordos bilaterais e na busca de uma nova China, unificada sob a democracia, a liberdade e a prosperidade, no futuro”.

Os defensores de Lee continuavam esclarecendo que “nas cinco décadas, desde o estabelecimento da República Popular da China, em 1949, a China tem

permanecido dividida pelo Estreito de Taiwan e governada por dois Estados soberanos”. As observações de Lee, quanto à existência de um relacionamento especial entre Estados, portanto, tinham – sempre de acordo com seus seguidores – os significados seguintes: “origens culturais e étnicas comuns garantem afinidade única entre os dois lados; as intensas trocas comerciais e entre as sociedades civis e diferentes setores não podem ser comparadas com o intercâmbio entre qualquer outros países divididos; e , o mais importante, as duas partes perseguem o objetivo de uma China unida no futuro, através de negociações em bases iguais”.

Tais desenvolvimentos e a explicação de que “uma China” seria condição futura, como não poderia deixar de ser, aumentaram, cada vez mais, as desconfianças chinesas com respeito a Lee Teng-hui. Nesse sentido, reformas constitucionais feitas recentemente e propostas para a ilha eram vistas, crescentemente, sob a perspectiva de que conduziriam à independência formosina.

Assim, verificava-se que, a partir do início da década de 1990, Lee vinha promovendo reformas à constituição de primeiro de janeiro de 1947, promulgada pelo Kuomintang, quando a República da China existia em Pequim. Assim, em 91, foram efetuadas “revisions of the constitution in procedures”, em 92, “revisions of the constitution in substance”, em 94, foi estabelecida a eleição direta presidencial, em 97, foram adotados novos processos legislativos, em 99 e 2000, regulamentava-se a Assembléia Nacional. Todas essas iniciativas foram

realizadas sob o pretexto de introduzir medidas que proporcionassem a “democracia”.

Ficava cada vez mais claro, no entanto, que o real propósito de Lee Teng-hui era o de alterar dispositivo que proíbe seja submetido à consulta popular a questão da soberania. Isto é, a constituição revista viria a permitir que a população da ilha pudesse decidir sobre a independência. Nesse caso, Taiwan poderia buscar a proteção externa de sua independência através da assinatura de tratados militares com potências estrangeiras. Dessa forma, poderia ressurgir o Tratado de Defesa entre Taiwan e os Estados Unidos.

A reação internacional fria – gélida, no caso dos países mais próximos, que poderiam ser atingidos por eventual retaliação militar chinesa – contribuiu para que a crise fosse superada, em seus efeitos imediatos.

Nova cena de partida fora criada, no entanto, para a questão taiwanesa, uma vez que for a abalada a moldura de “ambiguidade criativa”, que permitira às duas partes do estreito conviver pacificamente, durante os cinquenta anos anteriores, a partir da instalação do regime do Kuomintang, em Taipé, em 1949.

Na sequência, chegou-se, em março de 2004, a sérias dúvidas quanto a um futuro formoso para a ilha de Taiwan, conforme se tem procurado analisar nestas colunas.

Quanto a Lee Teng-hui, que já era conhecido pelo Partido Comunista Chinês como o “traidor do milênio”, sua postura em julho de 1999 valeu-lhe um “upgrading”. A partir de então, passou a ser denominado, na RPC, como “um bebê defeituoso de proveta, gerado nos laboratórios dos inimigos da China”.



## ***A anti-globalização tem idéias concretas sobre temas concretos?***

**Paulo Roberto de Almeida\***

Para facilitar o debate e a confrontação de idéias, entre as minhas próprias e as que parecem defender os anti, resolvi organizar este texto em torno de algumas questões práticas que costumam concentrar o interesse do movimento. Escrevi “parecem” pois que o movimento não ostenta idéias oficiais, o que é compreensível, pois que não pretende ser ou parecer “autoritário”, e não consolidou suas propostas em um conjunto de alternativas que mereçam ter esse nome. O fato é que eles não apresentam os meios e modos pelos quais suas “idéias” poderiam ser testadas na prática, ou pelo menos ser objeto de simulações econométricas ou de elegantes equações de equilíbrio ao estilo de Keynes (um profeta freqüentemente invocado nesses meios).

Como os anti não apresentam esse *corpus* conceitual, fica muito difícil, o que já é pouco compreensível, considerá-los pelo que eles pretendem ser, um movimento, e não apenas um ajuntamento heteróclito de individualidades, ostentando um conjunto heterogêneo de idéias dispersas. Apresento minhas desculpas antecipadas aos autores de trabalhos dotados de idéias sensatas, mas a reunião de todos esses textos num mesmo barril de baixa coerência intrínseca dá uma horrível impressão de sopa de letras.

Arriscando-me, portanto, a ser injusto com os detentores de idéias menos estapafúrdias (mas, humildemente, eu os convido a me contradizer), aqui estão algumas “idéias” defendidas pelos anti-globalizadores e meus próprios comentários a respeito.

### **Protecionismo agrícola e vantagens comparativas dos mais pobres**

Vários documentos dos anti insistem numa pouco definida segurança alimentar: segundo esses

textos, se deve dar prioridade à alimentação do povo a partir da própria região ou país, e não às exportações ou importações. Para eles, a segurança alimentar e a sustentabilidade rural só podem existir quando um país é capaz de satisfazer uma parte significativa de suas próprias necessidades alimentares. Esta posição transparece em vários documentos franceses, por exemplo, e eu mesmo assisti, pessoalmente, ao representante mais eloqüente desse tipo de proposta, Bernard Cassen, da ATTAC, defender esse absurdo na Câmara dos Deputados, em Brasília, sem que nenhum dos parlamentares brasileiros presentes ousasse responder a tamanha sandice econômica e a tão evidente atentado aos interesses exportadores do Brasil.

Parece evidente, aos observadores isentos, que não há qualquer “insegurança alimentar” no mundo como um todo. Desde os tempos de Malthus, a produção agrícola cresceu muito mais rápido do que a “produção” de indivíduos, e ainda que possa haver, ocasionalmente, carências produtivas numa região localizada – geralmente por motivo de guerra civil ou desastre natural –, elas podem ser rapidamente supridas via comércio internacional ou assistência alimentar de emergência. A tese da “segurança alimentar” e a da “multifuncionalidade agrícola” constituem disfarces canhestros do mais egoísta protecionismo agrícola, que tanto mal faz aos povos mais pobres da Terra. Estes não podem utilizar-se de suas vantagens comparativas, que estão todas localizadas no setor primário, para alçar-se da miséria mais vergonhosa, mantida em grande medida graças à concorrência desleal de um punhado de ricos agricultores subsidiados dos países mais avançados. De resto, a indústria e ainda mais os serviços são muito mais “multifuncionais” do que a agricultura, já que

\* Diplomata de carreira e Doutor em Ciências Sociais. As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor.

estão presentes em todas e cada uma das nossas atividades diárias, não se podendo argumentar sobre sua localização espacial ou eventual isolamento do mercado externo, como se faz em relação à agricultura, sem cometer novos atentados pueris à mais simples racionalidade econômica.

Não tenho nada contra a existência da agricultura familiar, assim como nada tenho a opor a que os países ricos subsidiem suas populações da forma como desejarem, mas eles não podem fazê-lo opondo-se ao livre comércio de produtos agrícolas como vem fazendo e sabotando a comercialização externa da produção agrícola dos países mais pobres por meio de subvenções às suas próprias exportações não competitivas. O protecionismo hipócrita dos países mais ricos está assim roubando, literalmente, os mais pobres de oportunidades de desenvolvimento. A hipocrisia nesse terreno é inaceitável e o movimento anti-globalizador não poderia se fazer cúmplice desse vil atentado aos direitos humanos de milhões de pobres ao redor do mundo. Espero que pelo menos os anti-globalizadores brasileiros saibam desvencilhar-se dessa armadilha que os torna coniventes com um dos piores atentados aos direitos econômicos dos mais pobres.

### **Dívida externa, movimentos de capitais e globalização financeira**

Um traço que unifica as mais diversas correntes do movimento anti-globalizador é, sem dúvida alguma, sua oposição ao pagamento da dívida externa dos países mais pobres e, de modo geral, à livre movimentação de capitais financeiros. Outra medida, de caráter propositivo e não simplesmente negativo como a do cancelamento das dívidas – traduzidas na prática por “plebiscitos” tão canhestros quanto viciados em sua indução automática ao não-pagamento, sustentado de forma piegas na “miséria do povo” –, é a que apresenta uma taxa sobre a movimentação de capitais, dita Tobin Tax, como sendo o remédio milagre tanto à volatilidade financeira quanto ao problema do não desenvolvimento dos países mais pobres. Rejeitada pelo próprio economista,

James Tobin, que sugeriu um modesto controle sobre as aplicações cambiais no momento da derrocada do sistema de Bretton Woods, essa taxa, patrocinada especialmente pela vertente gaulesa do movimento anti – de onde retira o acrônimo ATTAC, não apenas não resolveria o problema da volatilidade e da especulação, como se colocaria frontalmente contrária aos interesses de países emergentes tomadores de recursos, como o próprio Brasil. Neste terreno das finanças internacionais, as simplificações dos anti são tantas e tão rizíveis que resulta difícil sequer “dialogar” com representantes desse movimento, que parecem não ter idéias mínimas sobre como funcionam os mercados financeiros e que partes de responsabilidade compartilhada devem ser atribuídas em momentos como os das graves turbulências financeiras dos anos noventa do século XX.

Já escrevi o suficiente sobre as crises financeiras – em especial em meu livro *Os Primeiros Anos do Século XXI*, em especial cap. 10, “O Brasil e as crises financeiras internacionais, 1929-2001” – para voltar agora em detalhe sobre seus determinantes, as conseqüências econômicas de curto prazo e as possíveis lições do ponto de vista da globalização financeira (inclusive quanto aos necessários cuidados que se há de ter em relação a esse aspecto da globalização, necessariamente diferente da liberalização comercial, que sempre provoca efeitos positivos). Não pretendo, em todo caso, contestar argumentos infantis e desprovidos de qualquer fundamentação histórica ou fatural, como os alinhados por organizações como o “Jubileu 2000”, que promove uma sistemática campanha em prol da eliminação da dívida externa dos países mais pobres. Registro aqui apenas um exemplo desse tipo de argumento:

“Resolver os problemas da dívida externa implica buscar saldar uma dívida histórica que os países do norte têm com os povos do sul como conseqüência do saque e da devastação que neles realizaram durante mais de 500 anos”. Como se diz: contra esse tipo de afirmação não há argumento. Sem dúvida que a dívida externa dos países mais pobres pode e deve ser diminuída ou mesmo eliminada, em certos casos, mas

uma ação generalizada de cancelamento dessas dívidas faria mais mal do que bem ao conjunto dos países em desenvolvimento e emergentes, já que os retiraria dos mercados voluntários de capital por um tempo considerável, acumulando mais prejuízos do que benefícios.

Em relação aos movimentos de capitais puramente especulativos, vilipendiados tanto pelos anti-globalizadores como por alguns “globalizadores” – como por exemplo o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – pode-se simplesmente lembrar que eles estão em todas as partes, em especial nos países mais avançados, mas são capazes de provocar prejuízos apenas naquelas economias que já enfrentam desequilíbrios, nas quais a volatilidade é um dado intrínseco, não extrínseco, ao sistema. Controles podem ser utilizados, mas não são certamente a panacéia que alguns apregoam,

sobretudo na forma permanente de restrições às entradas e saídas, de suposta paternidade keynesiana. Movimentos mais livres de capitais, assim como maior grau de competição no sistema financeiro contribuem para o bom funcionamento de qualquer sistema econômico, mas níveis adequados de liquidez podem ser regulados por instrumentos tributários ao alcance de qualquer país. Apenas a ojeriza atávica em relação aos mercados financeiros ostentada em certos círculos esquerdistas pode justificar algumas das medidas propostas pelos grupos anti-globalizadores: elas pertencem mais ao reino da paixão política do que ao terreno da administração sensata das relações econômicas internacionais.

Brasília, 5 de julho de 2004

---

[www.pralmeida.org](http://www.pralmeida.org));



## ***O Brasil e o fim das restrições quantitativas no comércio internacional de produtos têxteis e confecções***

**João Augusto Baptista\***

O ano de 2005 será o divisor de águas para o setor têxtil mundial. O Acordo de Têxteis e Vestuário (ATV), que regulamenta o comércio do setor e estabelece cotas para a importação, termina em janeiro de 2005. O fim do ATV, depois de mais de quarenta anos de restrições quantitativas no comércio de TC, induzirá a aplicação das regras tradicionais do comércio internacional regidas pela Organização Mundial do Comércio, o que muda significativamente o panorama do mercado mundial do setor nos próximos anos.

Dentro deste novo contexto é fundamental tentar esclarecer alguns pontos: qual o papel do Brasil na produção e no comércio internacional de TC? As empresas brasileiras são competitivas e adaptadas para esta nova conjuntura? Quais os setores que o impacto do fim das cotas será maior? Quais as principais ameaças e oportunidades para o setor têxtil brasileiro?

Alguns dados podem ajudar a responder estas perguntas. A produção brasileira de TC reúne mais de 30 mil empresas que empregam 1,5 milhões de trabalhadores, o que representa 1,9% da população economicamente ativa.<sup>1</sup> A produção da cadeia têxtil somou US\$ 20,1 bilhões em 2003, valor equivalente a 4% do PIB do Brasil e 17% do PIB da indústria de transformação.<sup>2</sup>

Como país produtor de artigos têxteis, o Brasil exerce um papel importante, ocupando a 6ª colocação na produção de fios, filamentos e tecidos, 2º lugar na produção de tecidos de malha e 5º em confecções.<sup>3</sup> Porém, a produção interna, não tem reflexos significativos no comércio internacional, onde a

presença do Brasil ainda é reduzida. O país está apenas na 20ª. posição entre os principais exportadores mundiais e na 13ª entre os principais importadores.

A cadeia têxtil brasileira é muito heterogênea e conta com empresas competitivas nos produtos à base de algodão, como fios, malhas, camisetas, confecções e produtos de cama, mesa e banho. As grandes fiações brasileiras são modernas, competitivas e grandes exportadoras. O tecido denim do Brasil, utilizado nas peças jeans, é um dos mais competitivos do mundo. Já o segmento de fibras sintéticas é o mais ameaçado pois sofre forte concorrência internacional e talvez este seja o setor mais vulnerável da cadeia.

Segundo estudo da CNI/ABIT, “o país tem evidentes fragilidades competitivas nos setores mais dinâmicos do comércio mundial, ou seja, naqueles que envolvem fios e tecidos sintéticos, sem perspectivas de uma reversão deste quadro no curto prazo. É importante lembrar que quase a totalidade dos investimentos feitos no Brasil nos anos 90 beneficiou a cadeia de têxteis naturais (algodão), praticamente não contemplando a cadeia sintética ou de origem química.”<sup>4</sup>

Entre os sintéticos, os filamentos de poliéster representam o principal problema para a balança comercial brasileira – com saldos comerciais negativos e crescentes. Uma das razões para a estagnação das fibras sintéticas é o alto preço e pouca disponibilidade da nafta, matéria-prima dos insumos usados na fabricação de poliéster.

\* Economista, pós graduado em Comércio Exterior e Analista Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

<sup>1</sup> A indústria têxtil tem grande relevância econômica e é intensiva no uso de mão de obra, o gera grande impacto no nível de emprego.

<sup>2</sup> Ver <http://www.iemi.com.br/setorialtextil.asp>

<sup>3</sup> Informações fornecidas pela International Textile Manufacturers Federation (ITMF).

<sup>4</sup> [http://www.ie.ufrj.br/cadeiasprodutivas/pdfs/os\\_impactos\\_da\\_alca\\_e\\_do\\_acordo\\_comercial\\_com\\_a\\_ue.pdf](http://www.ie.ufrj.br/cadeiasprodutivas/pdfs/os_impactos_da_alca_e_do_acordo_comercial_com_a_ue.pdf)

Mesmo com todas essas limitações a balança comercial do setor avança. O setor têxtil no Brasil está em clara expansão, entre janeiro e outubro de 2004, as exportações de TC geraram receitas de US\$ 1,67 bilhão. Esta cifra representa um crescimento de 26,3%, em relação ao mesmo período de 2003, quando o país exportou US\$ 1,32 bilhão. Apesar do avanço, a participação do setor têxtil em relação ao total exportado pelo Brasil reduziu-se no período de análise. Entre janeiro e outubro de 2003, o setor têxtil respondia por 2,2% das exportações brasileiras e, no mesmo período de 2004, o setor foi responsável por 2,1% das vendas externas brasileiras. A participação dos produtos de maior valor agregado, como artigos de vestuário e produtos confeccionados, nas exportações de produtos têxteis ainda é reduzida, representando apenas 35,6% do total.

O número de empresas que exportaram no período janeiro-outubro de 2004 foi 8,9% superior se comparado ao mesmo período de 2003. Em números absolutos, 2.801 empresas efetuaram exportações neste ano contra 2.573, em 2003. As exportações são concentradas em três empresas, Santista, Coteminas e Vicunha, responsáveis por um terço das vendas externas brasileiras de TC.

Dois países são responsáveis por 42,8% das aquisições de produtos têxteis brasileiros. Até outubro de 2004, o principal destino das exportações desse segmento foi os Estados Unidos, com 24,4% das

aquisições, em seguida está a Argentina com uma participação de 18,4%. Os outros principais importadores foram: Alemanha e Chile, empatados com 3,4% do total comercializado, e Colômbia com 3,1%.<sup>5</sup>

Os acordos internacionais são fundamentais para impulsionar o setor e aumentar a participação brasileira no comércio internacional. A adesão a ALCA e a implantação do acordo com a União Européia são importantes porque se as empresas dos países concorrentes forem beneficiadas e as brasileiras não, a posição competitiva das empresas brasileiras podem se tornar insustentável. No contexto da ALCA, por exemplo, o acordo faria com que o Brasil competisse diretamente com o México pelo mercado americano, além de estar mais protegido da concorrência asiática.

Ainda falta para o Brasil escala, preço e diferenciação qualitativa para competir em um mercado internacional livre de cotas. Além disso, um grande número de empresas ineficientes e a cadeia de produtos sintéticos, menos competitiva do que a indústria de produtos a base fibras naturais, tendem a sofrer mais com o fim das cotas. As empresas que podem sobressair neste novo cenário são aquelas que aliarem alta produtividade, diferenciação de produtos, maquinário moderno e baixos custos de mão de obra com a produção dos bens mais dinâmicos no mercado internacional de produtos têxteis.



<sup>5</sup> Os dados de comércio exterior foram retirados do sistema AliceWeb do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. O setor têxtil é representado pelos capítulos 50 a 63 da Tarifa Externa Comum (TEC). Os produtos de vestuário e confecções são representados pelos capítulos 61 a 63 da TEC.

## **Brasil e EUA no novo milênio \***

**Marcos Felipe Pinheiro Lima\*\***

O estudo das relações Brasil-Estados Unidos e do reconhecimento do outro dentro do cenário internacional vem gradativamente fornecendo concretos trabalhos e trazendo interesse para os pesquisadores de diversas áreas, principalmente em Relações Internacionais, dada sua multi e interdisciplinaridade. Nesse sentido, a obra organizada por Marcos Guedes de Oliveira busca contribuir para a redução de eventuais desconhecimentos acerca do outro, procurando demonstrar que muito do que se pensa a respeito dos EUA confunde-se com resquícios preconceituosos presentes no imaginário popular.

A primeira parte da obra, composta por textos de Eduardo Viola e Carlos Pio (*Doutrinarismo e Realismo na Percepção do Interesse Nacional*), Shiguenoli Miyamoto e Paulo César Manduca (*Segurança Hemisférica, Uma Agenda Inconclusa*) e Antônio Jorge Ramalho (*Entre Redes e Hierarquias, Entre Regras Internas e Regras Internacionais: A Projeção dos Interesses dos EUA na Alca*), busca trazer à tona questões de extrema complexidade no cenário político-internacional atual, quais sejam, a percepção do outro em um cenário de mudanças, as questões relativas à segurança do hemisfério e a dificuldade de se implementar uma política de segurança comum para o continente, além das disputas políticas e econômicas na formulação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Viola e Pio buscam retirar o véu que cobre muitos dos pensamentos brasileiros acerca de suas relações com os Estados Unidos, uma vez que, conforme os próprios autores, “freqüentemente se formam consensos nacionais muito mais inspirados em doutrinas e dogmas do que na análise realista das principais dinâmicas sócio-econômicas presentes no

mundo e mesmo no País” (p. 13). Esses erros de percepções muitas vezes moldam a opinião pública e distorcem o que realmente é objetivado pela nação na busca do interesse nacional.

Apesar de se constituir em um estudo basicamente ensaístico, o texto certamente serve de referencial para análises nas quais constem os temas supramencionados, não apenas pelo rigor metodológico, mas também pelo fomento do debate acerca da relação bilateral.

No tocante à segurança hemisférica, Miyamoto e Manduca procuram demonstrar que tanto Brasil como Estados Unidos, embora conscientes das ameaças globais como Terrorismo e Tráfico de Drogas, não conseguem implementar, conjuntamente, políticas satisfatórias nesse sentido. Isso se deve, em grande medida, à dificuldade de entendimento sobre o que significa cada perigo, ou seja, cada uma das novas ameaças que atingem o continente.

Por último, Antonio Jorge Ramalho, em seu ensaio, busca oferecer informações e suscitar reflexões acerca da ordem internacional construída pelos Estados Unidos no que se refere às dimensões políticas, ou seja, convergências e divergências na formulação do *modus operandi* externo, e econômicas, mais precisamente nas negociações comerciais acerca da Alca.

A segunda parte do livro, não menos importante, dedica-se a estudos norte-americanos, voltando-se para áreas de pouca ênfase nas relações internacionais, como estudos antropológicos comparados, de acordo com a visão de R. Parry Scott, ou mesmo acerca da contribuição estadunidense à teoria político-normativa, bem como sua recepção pelo Brasil nos últimos anos (Sérgio Ferraz).

\* Resenha de OLIVEIRA, Marcos Guedes de (Org.). *Brasil e EUA no novo milênio*. Recife: NEA/Ed. Universitária da UFPE, 2004. ISBN 85-7315-222-2.

\*\* Mestrando em Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB).

Catharina dos Santos Lima, em *A Construção Social da Paisagem: Experiências Americanas*, procura demonstrar a formação de uma cultura de paisagismo nas Américas iniciada pelos norte-americanos, sendo que, nas próprias palavras da autora, “a paisagem [...] inclui não apenas os espaços livres e construídos, mas igualmente a dinâmica das relações sociais”.

Marcelo Abreu, ao analisar a preocupação americana com a Coreia do Norte, principalmente no que se refere à política nuclear deste país, distancia-se dos pontos vistos até então, uma vez que, diferentemente do tradicional, procura observar o modo de atuação americana no continente asiático e seus principais receios de um eventual conflito armado com os norte-coreanos, representando um dos maiores desafios para o poderio militar dos Estados Unidos no início do século XXI.

Com uma visão essencialmente jornalística dos fatos relatados, Abreu denota o aumento da preocupação americana com relação a problemas oriundos de comércio de armas e do próprio terrorismo, não se omitindo acerca do fechado regime norte-coreano, bem como sobre o interesse concreto dos norte-americanos em manterem sua presença no Extremo Oriente.

Thales Castro, em *Repensando a Unimultipolaridade*, denota a importância de uma revisão de alguns determinantes do atual cenário internacional.

O funcionamento desse sistema dar-se-ia pela lógica de poder e os conseqüentes dilemas de segurança de cada Estado, atrelados a uma condição de hegemonia norte-americana. Segundo Huntington, observa-se a emergência de novos centros de poder mundial no continente asiático, moldando a política externa norte-americana. Entretanto, Castro considera que o estudo de Huntington necessita de uma análise mais profunda, não negando sua contribuição.

Por fim, Roland Walter analisa a contradição entre a ideologia norte-americana de comércio sem fronteiras, um dos princípios norte-americanos, e a conduta do povo-nação. Fazendo referência a uma gama de autores, Walter problematiza as contradições internas de um país que se auto-intitula um símbolo democrático, mas que desde o início de 2001, com a ascensão de George W. Bush ao posto político mais importante do mundo, iniciou um período de imposição de princípios outrora não impostos, mas declarados por cada nação.

Enfim, é muito oportuna a obra organizada por Oliveira, na medida em que possibilita ao leitor bem instruído a formação de opinião e de conhecer campos da relação bilateral até então pouco explorados. Acrescente-se a isto o aumento do debate público interno acerca da relação Brasil-Estados Unidos, o que só vem a contribuir para uma melhor compreensão sobre as questões internacionais do país.



**Meridiano 47**

*Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

**Editor:** Antônio Carlos Lessa

**Conselho Editorial:** Alcides Costa Vaz, Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Argemiro Procópio Filho, Virgílio Caixeta Arraes.

**Diagramação e edit. eletrônica:** Samuel Tabosa de Castro – [samueltabosa@ig.com.br](mailto:samueltabosa@ig.com.br)